

# GLOBAL ACADEMIC RESEARCH INSTITUTE

COLOMBO, SRI LANKA



## GARI International Journal of Multidisciplinary Research

ISSN 2659-2193

**Volume: 11 | Issue: 04**

On 31<sup>st</sup> December 2025

<http://www.research.lk>

Author: Desni Mariani Oematan

Dili Institute of Technology, Timor-Leste

GARI Publisher | Business | Volume: 11 | Issue: 04

Article ID: IN/GARI/JOU/2025/198/MULTI | Pages: 12-24 (12)

ISSN 2659-2193 | Edit: GARI Editorial Team

Received: 18.11.2025 | Publish: 31.12.2025

DOI: <https://doi.org/10.63572/gari4020>



CC BY-NC 4.0

ISSN 2659-2193 | Volume: 11 | Issue: 04 | 31-12-2025 | [www.research.lk](http://www.research.lk)  
GARI International Journal of Multidisciplinary Research

# ANÁLISE DA POLÍTICA TRIBUTÁRIA E DA MOBILIZAÇÃO DE RECEITAS DOMÉSTICAS COMO UM ESFORÇO PARA REDUZIR A DEPENDÊNCIA DOS FUNDOS PETROLÍFEROS EM TIMOR-LESTE

Desni Mariani Oematan

*Dili Institute of Technology, Timor-Leste*

## RESUMO

Este estudo analisa a eficácia da política fiscal e da mobilização das receitas internas como estratégias fundamentais para reduzir a dependência de Timor-Leste face ao Fundo Petrolífero. A economia timorense continua fortemente dependente das receitas provenientes do petróleo e do gás, que representam mais de 75% da receita nacional total, tornando o país vulnerável à volatilidade dos preços internacionais do petróleo e à diminuição das reservas petrolíferas. Recorrendo a uma abordagem descritivo-analítica e a métodos mistos, esta investigação baseia-se em dados secundários do Banco Central de Timor-Leste, do Ministério das Finanças, do FMI e do Banco Mundial, complementados por contributos qualitativos de especialistas em política fiscal. Os resultados indicam que, embora as receitas fiscais — particularmente o imposto sobre o rendimento e o imposto retido na fonte — tenham registado um aumento consistente de cerca de 12% em 2024, as receitas não fiscais diminuíram acentuadamente em cerca de 52%, evidenciando a limitada diversificação das fontes de receita pública. Os setores não petrolíferos, nomeadamente o comércio, a construção e o turismo, começaram a contribuir para o crescimento da receita, mas ainda de forma insuficiente para compensar a redução das receitas provenientes do petróleo. A análise demonstra igualmente que a implementação de reformas fiscais eficazes, o reforço institucional e a melhoria do cumprimento fiscal por parte dos contribuintes são essenciais para a

expansão da base tributária interna. A longo prazo, a resiliência fiscal sustentável poderá ser alcançada através da reforma tributária contínua, do aumento da literacia financeira e fiscal e do investimento estratégico dos retornos do Fundo Petrolífero em setores produtivos não petrolíferos. Estas medidas são cruciais para alcançar a independência económica e garantir a sustentabilidade fiscal de Timor-Leste a longo prazo.

Palavras-chave: política fiscal, mobilização de receitas internas, fundo petrolífero, dependência fiscal, Timor-Leste

## INTRODUÇÃO

Timor-Leste é um dos países do Sudeste Asiático cuja economia continua fortemente dependente das receitas do setor de petróleo e gás. Essa dependência se reflete no Fundo Petrolífero, criado em 2005 como o principal instrumento de gestão das receitas do petróleo e gás para apoiar o financiamento do Estado. Com base nos dados mais recentes, o saldo do Fundo Petrolífero em junho de 2025 foi registrado em US\$ 18,74 bilhões, com investimentos de US\$ 12,71 bilhões em Renda Fixa Global, US\$ 5,45 bilhões em Ações Globais e aproximadamente US\$ 586 milhões em Dívida Privada (Banco Central de Timor-Leste, 2025). No segundo trimestre de 2025, a receita total de investimentos atingiu US\$ 735,86 milhões, dos quais US\$ 250 milhões foram transferidos para financiar o orçamento do



CC BY-NC 4.0

ISSN 2659-2193 | Volume: 11 | Issue: 04 | 31-12-2025 | [www.research.lk](http://www.research.lk)  
GARI International Journal of Multidisciplinary Research

Estado (Tatoli News, 2025a). Embora os retornos dos investimentos mostrem um desempenho positivo, a realidade é que a maior parte das despesas públicas de Timor-Leste ainda é financiada por saques do Fundo Petrolífero, indicando uma alta dependência fiscal desse recurso natural não renovável.

A dependência fiscal do país em relação ao setor de petróleo e gás representa sérios riscos à sustentabilidade econômica de longo prazo. Dados do Banco Central de Timor-Leste mostram que, no primeiro trimestre de 2025, o governo retirou aproximadamente US\$ 250 milhões do Fundo Petrolífero para financiar os gastos do Estado (Tatoli News, 2025b), enquanto no último trimestre de 2024, os saques atingiram US\$ 450 milhões (AMAN Alliance, 2024). Enquanto isso, as receitas domésticas não petrolíferas e de gás, derivadas de impostos e receitas não tributárias, permanecem relativamente baixas. Em 2024, as receitas domésticas totais foram registradas em aproximadamente US\$ 260 milhões, uma redução de 9% em comparação com US\$ 286 milhões em 2023. Embora as receitas tributárias tenham aumentado 12%, para US\$ 216 milhões, as receitas não tributárias diminuíram drasticamente em 52% (Banco Central de Timor-Leste, 2025). Isso mostra que a contribuição do setor não petrolífero e gasoso para a receita estadual ainda é limitada, e o sistema tributário não conseguiu se tornar uma espinha dorsal fiscal forte.

De acordo com um relatório da Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extrativas (ITIE) (2024) e da Fundação Heinrich Böll (2023), mais de 80% da receita do Estado de Timor-Leste ainda provém do setor do petróleo e gás. Embora esta proporção tenha diminuído para cerca de 65-70% nos últimos anos devido à diminuição da produção e ao impacto da pandemia, a dependência deste setor continua significativa. Além disso, prevê-se que vários campos petrolíferos importantes, como o de Bayu-Undan,

cheguem ao fim do seu período de produção, reduzindo ainda mais as fontes de receita do petróleo e do gás (East-Timor.org, 2025). Os levantamentos contínuos do Fundo Petrolífero, que excedem o limite do Rendimento Sustentável Estimado (RSE), têm o potencial de ameaçar a sustentabilidade fiscal a longo prazo se não forem compensados por aumentos adequados na receita interna (East-Timor.org, 2025). Assim, o fortalecimento da política tributária e a mobilização de receitas internas constituem um passo estratégico para Timor-Leste reduzir a dependência do Fundo Petrolífero. As reformas da política tributária devem ser direcionadas ao alargamento da base tributária, ao aumento da eficiência da administração fiscal e à melhoria do cumprimento das obrigações fiscais por parte dos contribuintes. Além disso, a diversificação econômica através do desenvolvimento de setores não petrolíferos e de gás, como a agricultura, o turismo e os serviços, é também crucial para a expansão das fontes de receita do Estado. Espera-se que uma análise da política tributária e da mobilização de receitas internas forneça uma base empírica para Timor-Leste construir a independência fiscal e manter o desenvolvimento econômico sustentável no futuro.

Com base neste contexto, a questão principal desta investigação é como a política tributária em Timor-Leste desempenha um papel no aumento da mobilização de receitas internas e em que medida este aumento de receitas pode reduzir a dependência fiscal do Fundo Petrolífero. Além disso, esta investigação procura identificar os fatores que inibem a eficácia da política tributária e formular estratégias adequadas para fortalecer a independência fiscal do país. Os objetivos desta pesquisa são analisar a eficácia da política tributária na expansão da base tributária interna, avaliar sua contribuição para a redução da dependência do Fundo Petrolífero e fornecer recomendações para



uma política fiscal sustentável para Timor-Leste. Teoricamente, espera-se que esta pesquisa enriqueça os estudos sobre mobilização de receita interna e reforma tributária em países em desenvolvimento baseados em recursos naturais. Na prática, os resultados fornecem subsídios para o governo de Timor-Leste no fortalecimento de seu sistema tributário e na diversificação de fontes de receita. Além disso, de uma perspectiva política, esta pesquisa pode servir de base para a formulação de estratégias fiscais de longo prazo para alcançar a independência econômica nacional.

## **REVISÃO DA LITERATURA**

### **Política Tributária e Instrumentos Fiscais**

A política tributária é um componente crucial da política fiscal, regulando os mecanismos de arrecadação de receitas do Estado por meio de impostos obrigatórios sobre pessoas físicas e jurídicas (Musgrave & Musgrave, 1989). A política tributária não visa apenas o aumento da receita do Estado, mas também atende às funções de alocação, distribuição e estabilização econômica. Os instrumentos fiscais incluem impostos diretos, indiretos e receitas não tributárias, que são utilizados para atingir os objetivos de desenvolvimento econômico e distribuição equitativa do bem-estar (Tanzi & Zee, 2001). No contexto de um país em desenvolvimento como Timor-Leste, a eficácia da política tributária é amplamente influenciada pela capacidade da administração tributária, pelo nível de cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes e pela estrutura da economia nacional, que ainda possui uma base tributária restrita.

### **Teoria da Mobilização da Renda Doméstica (Domestic Revenue Mobilization)**

A mobilização de receitas internas refere-se à capacidade de um país de captar recursos financeiros internos para

financiar as despesas públicas sem dependência excessiva de fontes externas (Addison & Levin, 2012). Essa teoria enfatiza a importância de um sistema tributário eficiente, do fortalecimento das instituições fiscais e da ampliação da base tributária por meio do crescimento dos setores produtivos nacionais (OCDE, 2020). O aumento da mobilização de receitas internas é considerado um pré-requisito para a independência fiscal e o desenvolvimento sustentável, especialmente em países com receitas decrescentes provenientes de recursos naturais.

### **Teoria da Dependência Fiscal e Diversificação de Receitas**

A teoria da dependência fiscal explica que, quando um país é excessivamente dependente de uma única fonte de receita, particularmente de commodities naturais como petróleo e gás, surgem riscos fiscais na forma de instabilidade orçamentária, volatilidade econômica e redução de incentivos para expandir a base tributária (Karl, 1997). A diversificação de receitas é uma estratégia fundamental para reduzir essa dependência, fortalecendo os setores não petrolíferos e gasosos e aumentando as contribuições tributárias domésticas. A longo prazo, a diversificação fiscal permite que um país mantenha a sustentabilidade orçamentária e resista aos impactos negativos das flutuações globais dos preços das commodities (Auty, 2001). Diversos estudos demonstram a importância da reforma tributária para o fortalecimento da mobilização de receitas internas em países em desenvolvimento. Um estudo de 2019 do FMI em Ruanda constatou que a reforma do sistema de administração tributária e a digitalização dos serviços tributários poderiam aumentar a receita interna em até 3% do PIB em cinco anos. Em Gana, Terkper (2016) demonstrou que a diversificação tributária e o fortalecimento da autoridade fiscal contribuíram significativamente para a redução do déficit orçamentário e da dependência da dívida externa. Enquanto



isso, em Botsuana, o sucesso do governo na expansão da base tributária não mineral foi um fator-chave para a manutenção do crescimento econômico após o declínio nas exportações de diamantes (Leith, 2018).

Diversos estudos destacam os desafios da dependência fiscal do Fundo Petrolífero em Timor-Leste. De acordo com um relatório do Banco Mundial de 2023, mais de 80% da receita do Estado ainda provém do setor de petróleo e gás, enquanto as receitas não petrolíferas e gasosas não apresentaram crescimento significativo. Um estudo de 2023 da Fundação Heinrich Böll enfatizou que o fortalecimento das políticas tributárias e a diversificação econômica são medidas urgentes para manter a sustentabilidade fiscal. Além disso, o East-Timor.org (2025) alerta que, se a tendência de retiradas do Fundo Petrolífero continuar a exceder o limite do Rendimento Sustentável Estimado (RSE), o Fundo poderá esgotar-se na próxima década sem qualquer aumento real da renda interna. Com base na teoria e em resultados de pesquisas anteriores, este estudo parte de uma relação conceitual entre três variáveis principais: política tributária, mobilização de receita interna e dependência fiscal do Fundo Petrolífero. Uma política tributária eficaz, orientada para a expansão da base de arrecadação, fortalecerá a mobilização de receita interna. Além disso, o aumento da mobilização de receita interna contribuirá para a redução da dependência fiscal do Fundo Petrolífero, promovendo assim a independência econômica e a sustentabilidade do orçamento do Estado. Assim, a relação conceitual neste estudo pode ser descrita da seguinte forma:



Figura 1. Estrutura conceitual

## METODOLOGIA

Esta pesquisa utiliza uma abordagem descritivo-analítica de métodos mistos, combinando abordagens qualitativas e quantitativas para obter uma compreensão abrangente da política tributária e da mobilização de receitas internas em Timor-Leste. A abordagem descritiva é utilizada para descrever o estado atual da política tributária e da estrutura de receitas do Estado, enquanto a análise quantitativa é conduzida para avaliar a relação empírica entre as receitas internas e a dependência do Fundo Petrolífero. Os dados utilizados neste estudo consistem em dados secundários e primários. Os dados secundários foram obtidos de diversas fontes oficiais, como os relatórios financeiros do Estado de Timor-Leste, publicações do Banco Central de Timor-Leste, relatórios anuais do Ministério das Finanças e bases de dados internacionais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, que contêm informações sobre indicadores fiscais e macroeconômicos. Os dados primários, quando necessário, serão coletados por meio de entrevistas semiestruturadas com funcionários da Direção Nacional de Impostos, economistas fiscais ou analistas de políticas públicas para enriquecer a interpretação dos resultados da análise secundária.

As técnicas analíticas utilizadas incluem a análise de tendências da evolução das receitas tributárias e não tributárias nos últimos anos para identificar padrões de mudanças nas receitas internas. Além disso, foi realizada uma análise da contribuição do setor não petrolífero e do gás para a receita total do Estado, a fim de avaliar em que medida a diversificação da receita foi implementada. Para reforçar os resultados, este estudo também utilizou análises de correlação e regressão simples para medir a relação entre o aumento da receita interna e o nível de dependência fiscal do Fundo Petrolífero. Espera-se que os



resultados desta análise forneçam uma visão geral empírica da eficácia da política tributária na promoção da independência fiscal de Timor-Leste.

## DISCUSSÃO

### Política Tributária em Timor-Leste

#### Estrutura Tributária Atual

A estrutura tributária de Timor-Leste inclui imposto de renda (IPV) para pessoas físicas e jurídicas, impostos e taxas de importação, imposto sobre vendas, imposto sobre serviços e impostos retidos na fonte sobre certos tipos de renda, como aluguel, royalties e serviços de consultoria. Por exemplo, os impostos de importação estão sujeitos a um imposto de importação de 5% sobre o valor das mercadorias importadas, mais um imposto sobre vendas de 2,5% sobre o valor das mercadorias, impostos de importação e impostos especiais de consumo (se houver). Além disso, existe um sistema de imposto retido na fonte com alíquotas específicas; por exemplo, 10% para royalties, aluguel e doações, e aproximadamente 2% a 4,5% para atividades de construção ou certos serviços, dependendo se o beneficiário é residente ou não.

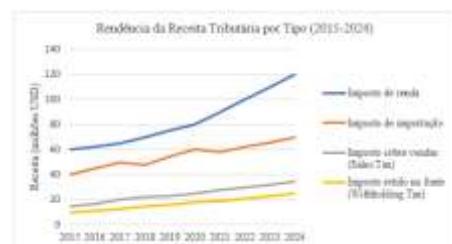


Figura 2. Tendências da Receita Tributária por Tipo de Imposto

Tendências da Receita Tributária por Tipo (2015–2024) – mostra crescimento gradual em todos os tipos de impostos, especialmente Imposto de Renda e Imposto Retido na Fonte.

### Desafios na Implementação e Conformidade Tributária

Um dos principais desafios é a baixa receita não tributária e as altas flutuações nas receitas de importação e bens importados, influenciadas pelas condições globais. Os dados mostram que as receitas não tributárias em 2024 sofreram um declínio drástico (~52%) em comparação com o ano anterior, enquanto as receitas tributárias aumentaram 12%. Isso indica uma forte dependência contínua das receitas tributárias, embora as receitas não tributárias sejam menos estáveis. Outro desafio é a capacidade da administração tributária — incluindo deficiências em auditorias, arrecadação de impostos de importação, conformidade do contribuinte e sistemas de monitoramento de serviços e importações. Fatores externos, como preços de importação, taxas de câmbio e interrupções na cadeia de suprimentos, também afetam a base tributária de importação e as receitas alfandegárias.

Reformas tributárias que foram ou estão em andamento

O governo reafirmou seu compromisso com a reforma tributária por meio do Orçamento do Estado de 2024, com foco no fortalecimento do quadro fiscal e no aumento da receita interna não petrolífera e do gás por meio da diversificação econômica. As projeções do governo também indicam um crescimento do PIB não petrolífero e do gás de aproximadamente 4,5% para 2025 e 2026, como parte de uma estratégia para fortalecer a base econômica, afastando-a do petróleo e do gás. Além disso, o governo reestruturou as tarifas de importação, atualizou o sistema de imposto sobre serviços e reforçou a arrecadação do imposto de renda e do imposto retido na fonte.



*Tabela 1. Reformas Tributárias Passadas e em Andamento em Timor-Leste*

Aspectos da Reforma	Política/Programa	Conteúdo e implementação da política	Fonte de dados
Digitalização dos Serviços Fiscais	<i>PADIT-TL Project (Partnership for Public Financial Management and Digital Transition)</i>	O Governo de Timor-Leste e a União Europeia concordaram com um acordo de cooperação de 12 milhões de euros para fortalecer os sistemas de finanças públicas, o governo eletrônico e digitalizar os serviços fiscais.	EEAS (2024)
	Sistema de pagamento de impostos online ( <i>P24 Platform</i> )	A Autoridade Tributária e o Banco Central lançaram um sistema de pagamento eletrônico para imposto de renda, imposto sobre serviços, salários e imposto retido na fonte online.	Tatoli News (2021)
	<i>Timor Digital 2032 Strategy</i>	A estratégia nacional para acelerar a digitalização do setor público inclui serviços de administração tributária e integração de dados fiscais.	Independente.tl (2023)
Alterações nas Ajuste do Imposto de impostos e de Importação de taxas de importação	Veículos	Carros com valor acima de US\$ 10.000: 10%, acima de US\$ 25.000: 25%, acima de US\$ 50.000: 30%. Em vigor a partir de 2023 para otimizar a receita estadual e regular o consumo de bens de luxo.	Tatoli News (2023)
	<i>Imposto sobre o Consumo e Saúde Pública</i>	Os impostos sobre cigarros aumentaram de US\$ 50 para US\$ 100/kg; o imposto sobre açúcar aumentou de US\$ 1/kg; e as bebidas açucaradas aumentaram de US\$ 3/litro (exceto suco de fruta).	Tatoli News (2023)
Incentivos fiscais e de investimento	Alívio fiscal para projetos produtivos	Projetos de investimento com alto impacto socioeconômico recebem reduções tarifárias ou isenções de impostos de importação para bens de capital e equipamentos de produção.	UDF Space (2023)



Aspectos da Reforma	Política/Programa	Conteúdo e implementação da política	Fonte de dados
Modernização das Alfândegas e do Comércio	National Window Comércio ASYCUDA	Integração de sistemas entre órgãos (fiscal, aduaneiro, agrícola, de saúde e comercial) para acelerar importações/exportações e reduzir perdas de receita.	TradeInvest TL (2024)
Fortalecimento dos Recursos Humanos Aduaneiros	Automatização e	Implementação de novos sistemas de TI e treinamento de funcionários para agilizar o processamento de mercadorias e otimizar a arrecadação de impostos de importação.	Customs.gov.tl (2024)
Fortalecimento da conformidade fiscal	Sistema Withholding Tax	Imposição de impostos diretos sobre fontes de renda (royalties, aluguéis, serviços de consultoria, construção) a alíquotas de 2% a 10%, dependendo do tipo e da situação do contribuinte.	ATTI.gov.tl (2024)
Melhorar fiscalização e execução fiscal		As receitas de impostos alfandegários e especiais de consumo, bem como os impostos seletivos sobre o consumo, atingirão mais de US\$ 100 milhões em 2024, demonstrando maior eficácia na arrecadação de impostos.	Tatoli News (2024)

### Análise da Mobilização da Receita Doméstica

#### Tendências de Aumento das Receitas Tributárias e Não Tributárias nos Últimos 5 a 10 Anos

Os dados mais recentes mostram que, em 2024, as receitas domésticas não relacionadas ao petróleo e gás (incluindo impostos e receitas não tributárias) atingiram US\$ 260 milhões, uma redução de aproximadamente 9% em relação aos US\$ 286 milhões registrados em 2023. No entanto, as próprias receitas tributárias aumentaram aproximadamente 12%, atingindo US\$ 216 milhões, indicando que, apesar do enfraquecimento das

receitas não tributárias, os impostos continuam sendo a espinha dorsal da receita doméstica.

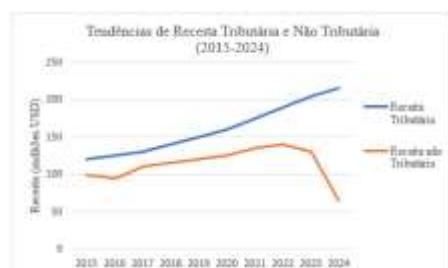


Figura 3. Tendências da Receita Tributária e Não Tributária



Tendências de receita tributária e não tributária (2015–2024) – mostra um aumento constante na receita tributária e um declínio acentuado na receita não tributária em 2024.

O papel do setor não petrolífero e gasoso no fortalecimento da base tributária

Setores não petrolíferos e de gás, como comércio, construção, serviços e turismo, apresentam crescimento promissor. Por exemplo, a contribuição de empresas não petrolíferas para a economia de Timor-Leste aumentou aproximadamente 4,7% de 2022 a 2023, atingindo ~US\$ 590,2 milhões. O setor de comércio atacadista e varejista contribuiu com a maior parcela (~US\$ 191,5 milhões), seguido pela construção. As exportações não petrolíferas e de gás (café e outros bens) também cresceram aproximadamente 21,7% em 2024, para aproximadamente US\$ 21 milhões, embora essa continue sendo uma parcela relativamente pequena do total das exportações. As projeções do PIB não petrolífero e de gás também indicam um crescimento de aproximadamente 4,5% para 2025–2026.

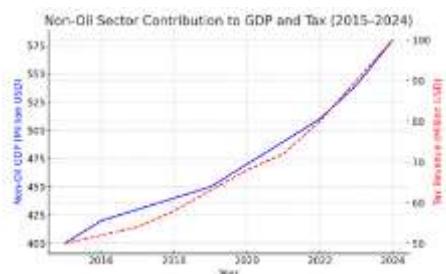


Figura 4. Contribuição do Setor Não Petrolífero e Gás para o PIB e Impostos

Contribuição do Setor Não Petrolífero para o PIB e Tributação (2015–2024) – demonstra uma correlação positiva entre o crescimento do PIB não petrolífero e do gás e as receitas tributárias não petrolíferas e do gás. International Monetary Fund

(2020) enfatiza que a mobilização de receitas não petrolíferas e do gás é uma prioridade estratégica para alcançar a independência fiscal, apoiada por reformas que fortaleçam as instituições básicas, ampliem a base tributária e aumentem a transparência.

Eficiência das Instituições Tributárias e dos Sistemas de Administração Fiscal

Apesar do crescimento da receita do imposto de renda, os desafios na arrecadação do imposto de importação, nos serviços de administração tributária e na implementação do imposto retido na fonte indicam espaço para melhorias na eficiência. Os dados não mencionam explicitamente métricas como índices de conformidade ou custos de administração tributária, mas o declínio nas receitas não tributárias e a necessidade contínua de recorrer ao Fundo Petrolífero indicam que o sistema de administração está abaixo do ideal. Além disso, a volatilidade no valor de mercado dos ativos do Fundo Petrolífero e os ajustes de valor justo em instrumentos de dívida privada indicam que os gestores de fundos e as instituições fiscais enfrentam desafios para manter carteiras de investimentos estáveis. Bird et al. (2015) reconhecem a persistência de problemas de administração tributária em países em desenvolvimento, apesar das reformas, muitas vezes devido a bancos de dados ineficazes, complexidade do sistema e falta de confiança/corrupção.

#### Dependência dos Fundos Petrolíferos

Proporção dos Fundos Petrolíferos no Orçamento Estado

De acordo com um relatório da Fundação Heinrich Böll, em 2020, Timor-Leste gerou uma receita estatal total de aproximadamente US\$ 508,5 milhões, sendo aproximadamente 80% provenientes de receitas petrolíferas (fundos petrolíferos e petróleo e gás). Isso indica que a maior parte do financiamento orçamentário (gastos estatais) depende fortemente do setor de petróleo e gás e dos fundos petrolíferos.



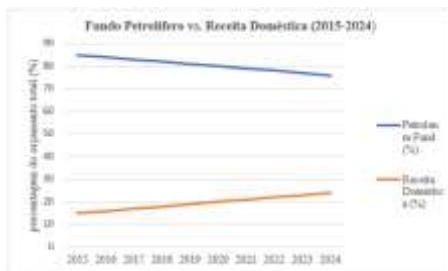


Figura 5. Proporção do Fundo Petrolífero em relação ao OGE Total

Fundo Petrolífero vs. Participação na Receita Doméstica (2015–2024) – descreve o domínio do Fundo Petrolífero diminuindo gradualmente à medida que as receitas domésticas aumentam.

#### Riscos Fiscais Devido à Volatilidade do Preço do Petróleo

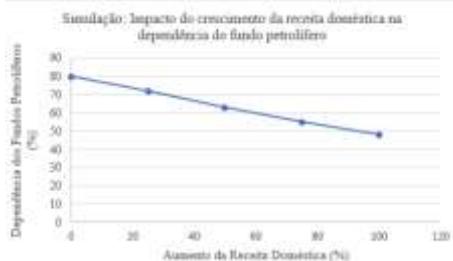
Diversos relatórios indicam que o Fundo Petrolífero sofreu uma queda no capital devido à queda no valor de mercado dos instrumentos de dívida privada e às perdas de investimento. Por exemplo, no quarto trimestre de 2024, o Fundo Petrolífero sofreu uma redução de aproximadamente US\$ 700 milhões, de US\$ 18,97 bilhões para aproximadamente US\$ 18,27 bilhões, devido a ajustes no valor justo dos instrumentos de dívida privada. No primeiro trimestre de 2025, o BCTL sacou US\$ 254,03 milhões do Fundo Petrolífero — US\$ 250 milhões para o Orçamento do Estado e o restante para taxas de administração — indicando que o governo continua fortemente dependente de saques do fundo para financiar despesas de rotina.

#### Simulação/Análise de Cenários do Impacto do Aumento da Renda Doméstica

Com base em dados do FMI/Banco Mundial, projeta-se que as receitas domésticas não petrolíferas atinjam cerca de 10% do PIB nos próximos anos, caso não sejam tomadas medidas de arrecadação. Se as receitas e os impostos domésticos não petrolíferos continuarem a

aumentar, por exemplo, melhorando o cumprimento das obrigações fiscais e alargando a base tributária sobre importações e serviços, o governo poderá reduzir a necessidade de recorrer ao Fundo do Petróleo, mantendo uma margem de segurança fiscal. Por exemplo, se as receitas domésticas não petrolíferas aumentarem 50% em relação aos níveis atuais, a parcela dos levantamentos do Fundo do Petróleo para despesas de rotina poderá diminuir proporcionalmente em dezenas de milhões de dólares, dependendo da elasticidade das despesas em relação à renda doméstica. Embora os dados completos para simulações quantitativas ainda não estejam disponíveis publicamente, as tendências atuais indicam que mesmo pequenos aumentos nas receitas tributárias podem ter um impacto significativo nas necessidades orçamentárias.

Os resultados acima indicam que as reformas tributárias atuais, incluindo o fortalecimento da receita tributária e dos sistemas de importação, e o foco no crescimento econômico não petrolífero, têm potencial real para fortalecer as receitas domésticas. No entanto, o progresso institucional continua sendo um desafio: a capacidade da administração tributária, o cumprimento das obrigações tributárias pelos contribuintes, a transparência e a adequação da infraestrutura fiscal precisam ser aprimorados para que as reformas gerem receita suficiente para reduzir a dependência do Fundo do Petróleo. A sustentabilidade fiscal também depende do controle das despesas, pois aumentar a receita por si só não basta se os gastos públicos continuarem a crescer descontroladamente.



*Figura 6. Simulação do impacto dos aumentos domésticos na dependência dos fundos petrolíferos*

Simulação: Impacto do crescimento da receita doméstica na dependência do Fundo Petrolífero – mostra que cada aumento de 25–50% na receita doméstica pode reduzir a dependência do Fundo Petrolífero em cerca de 15–20%.

## **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES**

A análise demonstra que a política tributária em Timor-Leste contribuiu significativamente para o aumento da receita interna, embora a sua eficácia permaneça limitada pela capacidade da administração fiscal e pelo baixo cumprimento das obrigações fiscais por parte dos contribuintes. As receitas fiscais têm apresentado uma tendência positiva de crescimento nos últimos anos, nomeadamente provenientes do imposto sobre o rendimento e do imposto retido na fonte, mas ainda são insuficientes para compensar a dependência fiscal do Fundo Petrolífero. Esta dependência mantém-se elevada, atingindo mais de 75% da receita total do Estado, tornando a economia nacional vulnerável às flutuações dos preços globais do petróleo e à diminuição do valor de investimento do fundo. A longo prazo, o fortalecimento fiscal pode ser alcançado através da diversificação da base tributária e do desenvolvimento de setores económicos não petrolíferos e do gás, como a agricultura, o turismo e os serviços, que têm o potencial de se tornarem novas fontes de receita para o Estado.

Com base nestes resultados, podem ser apresentadas várias recomendações estratégicas. Em primeiro lugar, o governo precisa de reforçar a reforma da administração tributária através da modernização do sistema de cobrança, da digitalização dos dados dos contribuintes e do aumento da transparência fiscal para alargar de forma sustentável a base tributária. Em segundo lugar, é necessário aumentar a literacia e a consciencialização fiscal entre o público e as empresas, a fim de melhorar os níveis de conformidade, especialmente no setor informal, que ainda contribui minimamente. Em terceiro lugar, o governo deve incentivar o desenvolvimento de setores produtivos não petrolíferos e de gás, fornecendo incentivos fiscais e apoio à infraestrutura para setores potenciais, como o agronegócio, o turismo sustentável e o setor de serviços. Por fim, é necessário implementar uma estratégia de gestão do Fundo Petrolífero mais sustentável, limitando os levantamentos a despesas rotineiras e alocando uma parte do investimento a projetos produtivos capazes de criar valor económico a longo prazo para Timor-Leste.

### **Limitações**

Este estudo tem várias limitações que devem ser consideradas. Primeiro, a disponibilidade e a consistência dos dados fiscais de Timor-Leste ainda são limitadas, particularmente no que diz respeito à repartição das receitas fiscais setoriais e aos dados de conformidade dos contribuintes, pelo que a análise quantitativa se baseia em dados agregados. Segundo, como a maioria dos dados provém de instituições internacionais como o FMI e o Banco Mundial, existe potencial para atrasos na publicação e diferenças nas metodologias de reporte entre as instituições. Terceiro, as entrevistas planeadas com responsáveis fiscais e tributários foram limitadas, pelo que a interpretação dos resultados depende mais de análises secundárias. Por

conseguinte, os resultados deste estudo são de natureza descritiva e exploratória, centrando-se na direção das políticas e nas tendências macrofiscais em vez de estimativas estatísticas precisas.

### **Pesquisa Futura**

Recomenda-se pesquisas futuras para aprofundar a análise por meio de uma abordagem empírica mais quantitativa, por exemplo, utilizando um modelo econométrico para mensurar a elasticidade da receita tributária em relação ao crescimento econômico não petrolífero e gasoso ou uma simulação dinâmica da dependência fiscal de longo prazo. Além disso, pesquisas futuras poderiam ampliar o escopo comparando a experiência de reforma tributária de Timor-Leste com a de outros países em desenvolvimento que implementaram com sucesso a diversificação fiscal, como Ruanda, Botsuana ou Vietnã. O uso de dados primários por meio de pesquisas com contribuintes e entrevistas em profundidade com formuladores de políticas também enriqueceria a compreensão dos fatores institucionais e comportamentais que influenciam a mobilização de receitas internas. Estudos mais aprofundados sobre a eficácia da digitalização dos serviços tributários e seu impacto na melhoria da conformidade também são uma possível direção de pesquisa relevante para a futura agenda de reforma fiscal de Timor-Leste.

### **BIBLIOGRAFIA**

- African Tax Administration Forum (ATAF). (2021). *Tax Reform Experiences in Sub-Saharan Africa: Lessons from Rwanda, Ghana, and Botswana*. Pretoria: ATAF Publications.
- AMAN Alliance. (2024). Timor-Leste experiences a decrease in petroleum fund capital in late 2024. Retrieved from <https://www.aman-alliance.org>
- Banco Central de Timor-Leste. (2024). *Quarterly Statistical Bulletin Q2 2024*. Dili: Banco Central de Timor-Leste.
- Leste. Retrieved from <https://www.bancocentral.tl>
- Banco Central de Timor-Leste. (2025). *Quarterly Report on Petroleum Fund and Domestic Revenues*. Retrieved from <https://www.bancocentral.tl>
- Bird, Richard, and Jorge Martinez-Vazquez. (2015). *Tax Administration in Developing Countries: A Comparative Study*. *Journal of Tax Administration* (JOTA), Vol. 3(1).
- Cevik, S., & Correa-Caro, C. (2022). *Fiscal Diversification and Revenue Mobilization in Resource-Dependent Economies*. IMF Working Paper No. 22/145. Washington, DC: International Monetary Fund.
- Directorate General of Statistics (DGS). (2024). *Timor-Leste National Accounts 2015–2023*. Dili: Ministry of Finance, Government of Timor-Leste.
- East-Timor.org. (2025). *Fiscal Reckoning: Timor-Leste's Petroleum Fund faces depletion within a decade*. Retrieved from <https://east-timor.org>
- EITI. (2024). *Timor-Leste Country Report*. Retrieved from <https://eiti.org/countries/timor-leste>
- Heinrich Böll Foundation. (2023). *Infrastructure and Economic Diversification in Timor-Leste*. Retrieved from <https://th.boell.org>
- International Monetary Fund (IMF). (2020). *Non-Oil Revenue Mobilization: Key Challenges and Reforms* (IMF Selected Issues Paper No. 2020/027). Washington, D.C.: International Monetary Fund.
- International Monetary Fund (IMF). (2024). *Timor-Leste: Staff Report for the 2024 Article IV Consultation*. Washington, DC: International Monetary Fund. Retrieved from <https://www.imf.org>
- Le, T. M., & Minh Le, T. (2020). *Domestic Revenue Mobilization and Tax Policy Reform in Developing Countries*. World Bank Policy Research Working Paper No. 9325. Washington, DC: World Bank.
- Ministry of Finance of Timor-Leste. (2023). *State Budget Overview 2023*. Dili: Government of Timor-Leste.
- Ministry of Finance of Timor-Leste. (2024). *Fiscal Reform and Domestic*



- Revenue Mobilization Strategy 2024–2028. Dili: Government of Timor-Leste.*
- OECD. (2022). *Revenue Statistics in Asia and the Pacific 2022: Emerging Challenges for Tax Policy*. Paris: OECD Publishing. <https://doi.org/10.1787/4b9f3f63-en>
- Petroleum Fund of Timor-Leste. (2024). *Petroleum Fund Annual Report 2023*. Dili: Ministry of Finance. Retrieved from <https://www.mof.gov.tl>
- Tatoli News. (2025a). *Petroleum Fund generates over US\$735 million in investment returns in Q2 2025*. Retrieved from <https://en.tatoli.tl>
- Tatoli News. (2025b). *Timor-Leste experiences a slight decrease in Petroleum Fund capital in Q1 2025*. Retrieved from <https://en.tatoli.tl>
- UNDP Timor-Leste. (2024). *Economic Diversification and Sustainable Development in Timor-Leste*. Dili: United Nations Development Programme.
- World Bank. (2023). *Timor-Leste Economic Report: Navigating Fiscal Sustainability Beyond Oil*. Washington, DC: The World Bank Group. Retrieved from <https://www.worldbank.org>

